

Mais espaço para campanha de FH

CCJ derruba restrições à ação de candidatos à reeleição e limita divulgação de pesquisas

Maria Lima

BRASÍLIA

Os governistas provocaram uma reviravolta na votação da nova lei eleitoral na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e aprovaram o parecer do relator Lúcio Alcântara (PSDB-CE), derrubando as limitações à ação do presidente Fernando Henrique Cardoso e governadores candidatos à reeleição que tinham sido aprovadas na Câmara. A novidade no texto aprovado pela CCJ é a inclusão de regras rigorosas para limitar a atuação dos institutos de pesquisa de opinião. Os candidatos e partidos terão acesso às informações sobre as pesquisas realizadas, que terão que ser registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Se identificarem irregularidades, poderão pedir à Justiça Eleitoral para embargar sua divulgação. Além disso, os institutos de pesquisa não poderão mais fazer simultaneamente consultas para candidatos e empresas de comunicação. Um instituto não poderá vender a mesma pesquisa para uma emissora de TV e para candidatos ou partidos. As pesquisas também não poderão mais ser divulgadas nos programas de propaganda eleitoral de rádio e TV.

— É preciso evitar que ocorra promiscuidade entre as empresas de pesquisa, partidos e imprensa — disse o senador José Serra (PSDB-SP), autor da emenda que foi aceita pelo relator.

Diferentemente do que ocorreu na Câmara, onde havia situação adversa para os governistas do PFL e do PSDB, na CCJ do Senado, o PMDB e o PPB foram derrotados e não mantiveram os principais pontos do texto do deputado Carlos Apolinário (PMDB-SP).

Relator: 'Uma lei neutra não existe'

Considerado ponto de honra pelo Governo, o financiamento público das campanhas foi derrubado por dez votos a nove. Criticada até pelo presidente Fernando Henrique, a previsão de aumento do Fundo Partidário de R\$ 420 milhões para custear a eleição, junto com recursos privados, saiu do texto. O fundo voltou a ser de R\$ 42 milhões, previstos no Orçamento mandado pelo Governo ao Congresso.

Por uma emenda supressiva de Serra, a parte do texto que tratava dos limites de gastos com publicidade pelos Governos ficou em branco. Os critérios e limites dependem de um acordo e serão incluídos na lei na votação em plenário, marcada para a próxima semana. Foi uma votação tensa, em que os governistas aprovaram tudo que queriam: permissão para que candidatos à reeleição participem de inaugurações até na véspera do pleito, uso de carros, aviões e residências oficiais, e proibição de imagens de favelas, hospitais superlotados ou manifestações populares de apoio a adversários nos programas de propaganda gratuita de TV. Os líderes do PMDB e da oposição alertaram para o risco de desvio de recursos públicos nas próximas eleições.

— Com essas regras, teremos o maior festival de corrupção e abusos nas próximas eleições — disse o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), que tentará recuperar parte do texto aprovado na Câmara, na votação da matéria no plenário do Senado dia 18.

— Uma lei neutra não existe. Ela reflete interesses sim, não vamos ser hipócritas. Mas é uma lei ética, que reflete interesses legítimos — defendeu-se Lúcio Alcântara.

O primeiro destaque votado pretendia restabelecer a proibição, aprovada na Câmara, de contagem dos votos em branco para o coeficiente eleitoral. O Governo começou derrotando a emenda, mantendo a contagem dos votos em branco. O debate mais acalorado foi durante a votação da emenda do senador Jeferson Péres (PSDB-AM), que previa a adoção do financiamento exclusivamente público para as campanhas, com o aumento dos recursos de R\$ 42 milhões para R\$ 420 milhões. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que Fernando Henrique apresentou um projeto semelhante em 1989, quando senador. O líder tucano Sérgio Machado (CE) tentou justificar a mudança de posição do presidente, provocando bate-boca.

— O presidente é a favor, mas não para estas eleições — disse Machado.

— Quer dizer que ele é contra para a eleição que é candidato, e a favor da outra, quando não é mais candidato? Eu não admito que se fale isso do meu amigo Fernando Henrique — gritou Simon, muito exaltado.

— Imagina se o presidente tivesse tantos amigos como o senhor, onde estaria hoje? — respondeu Sérgio Machado.

— Ele privava da minha amizade quando era apenas ministro da Fazenda e chegou a presidente — continuou Simon.

CCJ aprova diretas para suplentes de senadores

Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Esperidião Amin (PPB-ES) acham que ainda é possível recuperar o artigo que estabelece o financiamento público ainda na votação do plenário no Senado, já que a margem foi muito pequena nesta primeira votação.

Na CCJ, em outra votação, foi aprovado o projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) instituindo eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado.

— Na maioria dos casos, os eleitores desconhecem os suplentes de seus candidatos e são surpreendidos quando há um afastamento. Isso vai acabar também com a competição entre titulares e suplentes — explicou Suplicy.

Roberto Stuckert Filho



OS SENADORES ÉLCIO ÁLVARES, Sérgio Machado, Lúcio Alcântara (em pé), Hugo Napoleão e Bernardo Cabral (sentados) conversam durante a votação da lei eleitoral